

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# PSICOLOGIA ECONÔMICA NAS DECISÕES GOVERNAMENTAIS: uma abordagem para maior eficácia na implementação de políticas públicas no Brasil

Rebeca Moraes Reis Dias, Fabiana Batistucci de Lima

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11605>

Submetido em: 2025-03-29

Postado em: 2025-04-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

# PSICOLOGIA ECONÔMICA NAS DECISÕES GOVERNAMENTAIS: uma abordagem para maior eficácia na implementação de políticas públicas no Brasil

Rebeca Moraes Reis Dias<sup>1</sup>

Fabiana Batistucci de Lima<sup>2</sup>

**RESUMO** A atuação da Psicologia tem sido cada vez mais presente em diversos setores para além da tradicional abordagem clínica. Sua aparição, em conjunção à ciência econômica, marca uma era de novas possibilidades de gerenciamento nas instituições, especialmente governamentais; reconhecer esse papel, utilizando os melhores meios de aproveitar as potencialidades da área é essencial para a dinamização de políticas no setor público, podendo trazer benefícios em larga escala à nação. Em vista disso, o trabalho aqui exposto se propõe a difundir a Psicologia Econômica como dispositivo gerencial para aprimorar a eficácia no processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil através da elaboração de um plano de ação baseado em importantes conceitos da Economia Comportamental, como heurísticas ou vieses cognitivos e o aclamado nudge ou estímulo, que atualmente tem sido largamente explorado em sistemas de Governo por todo o mundo. Para tanto, utilizou-se como metodologia de pesquisa a análise exploratória através de fontes recentes em estudos científicos nacionais, internacionais e documentos de apoio produzidos pelo Laboratório de Inovação em Governo (GNova), além de realizar simulação experimental utilizando a plataforma digital *SimplesMente*. Os resultados obtidos mostraram maior domínio acerca de uma implementação fiel ao desenho político proposto à medida que se realiza intervenções comportamentais nos atores executores, demonstrando que há maior eficiência na implementação quando há intervenções comportamentais diretas nos agentes implementares. Também foi possível propor um modelo de plano de ação adicionando nudges integralmente à fase de implementação do Plano Plurianual. Através da proposta redigida, o trabalho proporciona maior entendimento ao setor público acerca de seus métodos decisórios, bem como pode utilizar a Psicologia Econômica/Comportamental como ferramenta para colaborar com a abordagem estratégica de gestão governamental por meio do plano de ação proposto. **Palavras chave:** Decisão Governamental; Psicologia Econômica; Vieses Cognitivos; *Nudges*.

---

## *ECONOMIC PSYCHOLOGY IN GOVERNMENT DECISIONS: An Approach for Greater Effectiveness in the Implementation of Public Policies in Brazil*

**Abstract** The role of Psychology has increasingly expanded beyond the traditional clinical approach, permeating various sectors. Its integration with economic science marks an era of new management possibilities within institutions, particularly in government. Recognizing this role and utilizing the best means to harness its potential is essential for optimizing public sector policies, potentially yielding large-scale national benefits. In this context, the present study aims to promote Economic Psychology as a managerial tool to enhance the effectiveness of public policy implementation in Brazil. This is achieved through the development of an action plan based on key concepts from Behavioral Economics, such as heuristics, cognitive biases, and the widely recognized *nudge*, which has been extensively applied in government systems worldwide. To this end, the research methodology employed exploratory analysis using recent national and international scientific studies, as well as policy support documents produced by the Government Innovation Laboratory (GNova). Additionally, an experimental simulation was conducted using the digital platform *SimplesMente*. The results demonstrated a greater alignment between policy design and its faithful implementation when behavioral interventions were applied to executing agents. Findings indicate that direct behavioral interventions enhance implementation efficiency. Furthermore, the study proposed an action plan model that integrates *nudges* into the implementation phase of the Multi-Year Plan (*Plano Plurianual*). Through this proposed framework, the study contributes to a deeper understanding of decision-making processes within the public sector and underscores the potential of Economic/Behavioral Psychology as a strategic tool for governmental management through the proposed

---

<sup>1</sup> Rebeca Moraes Reis Dias – Psicóloga (UEMG), Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [rebeca.mrdias@gmail.com](mailto:rebeca.mrdias@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3176-8210>

<sup>2</sup> Fabiana Batistucci de Lima – Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: [fabiana.lima@uemg.br](mailto:fabiana.lima@uemg.br) Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8904-073X>

action plan.

**Keywords:** Government Decision; Economic Psychology; Cognitive Biases; Nudges.

---

## ***PSICOLOGÍA ECONÓMICA EN LAS DECISIONES GUBERNAMENTALES: Un Enfoque para una Mayor Eficacia en la Implementación de Políticas Públicas en Brasil***

**Resumen** El papel de la Psicología se ha expandido cada vez más allá del enfoque clínico tradicional, abarcando diversos sectores. Su integración con la ciencia económica marca una era de nuevas posibilidades de gestión dentro de las instituciones, especialmente en el ámbito gubernamental. Reconocer este papel y utilizar los mejores medios para aprovechar su potencial es esencial para optimizar las políticas del sector público, con el potencial de generar beneficios a gran escala para la nación. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo difundir la Psicología Económica como una herramienta de gestión para mejorar la efectividad en la implementación de políticas públicas en Brasil. Para ello, se desarrolla un plan de acción basado en conceptos clave de la Economía del Comportamiento, como las heurísticas, los sesgos cognitivos y el reconocido *nudge*, ampliamente aplicado en sistemas gubernamentales de todo el mundo. Para llevar a cabo esta investigación, se empleó un análisis exploratorio a partir de estudios científicos recientes, tanto nacionales como internacionales, además de documentos de apoyo producidos por el Laboratorio de Innovación en Gobierno (*GNova*). Asimismo, se realizó una simulación experimental utilizando la plataforma digital *SimplesMente*. Los resultados obtenidos mostraron un mayor grado de alineación entre el diseño de la política y su implementación efectiva cuando se aplicaron intervenciones conductuales a los agentes ejecutores. Se evidenció que la implementación es más eficiente cuando se incorporan intervenciones conductuales directas en los actores responsables. Además, se propuso un modelo de plan de acción que integra los *nudges* en la fase de implementación del Plan Plurianual (*Plano Plurianual*). A través de esta propuesta, el estudio contribuye a una mejor comprensión de los procesos de toma de decisiones en el sector público y resalta el potencial de la Psicología Económica/Conductual como una herramienta estratégica para la gestión gubernamental mediante el plan de acción propuesto.

**Palabras clave:** Decisión Gubernamental; Psicología Económica; Sesgos Cognitivos; Nudges.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Psicologia Econômica é uma disciplina recente que intersecciona a ciência psicológica à ciência econômica. Tendo se popularizado após a publicação do livro “*Psychologie Économique*” de Gabriel Tarde em 1881, e do livro “*Psychological Economics*” de George Katona em 1975, ganhou maior destaque após as recentes premiações do Nobel aos psicólogos economistas Herbert Simon, em 1978, por sua tese “*Theories of Bounded Rationality*” (Teorias da Racionalidade Limitada), Daniel Kahneman em 2002 pela “*Theory of Prospect*” (Teoria dos Prospectos) e ao psicólogo Richard Thaler em 2017 pelos estudos acerca da tomada de decisões no comportamento econômico (Drakopoulos; Katselidis, 2017; Dechaux, 2015).

O foco da Psicologia Econômica é analisar e dar respostas a fenômenos sistêmicos não suficientemente respondidos pela Economia ou pela Psicologia isoladamente. Essa junção tem grande impacto na análise de processos coletivos, desde a projeção de resultados de projetos; nas escolhas relacionadas à poupança, dívidas e doações; em situações emergenciais, como nos casos de pobreza, guerras e catástrofes naturais, até à ponderação entre diferentes modelos de gestão de governo (Camerer, 1999; Nettle, 2017; Balingan, 2017; Lewis, 2018). Desse modo, Psicologia Econômica procura explorar

como processos econômicos afetam indivíduos ou grupos; de que forma os indivíduos, ou a coletividade afetam a Economia, e quais as consequências dessa interação (Lea, 2001). Nessa perspectiva, os agentes, individuais e coletivos assumem um importante lugar na tomada de decisões, como sujeitos que sofrem e imprimem influências no ambiente, resvalando diretamente nas escolhas realizadas e no resultado final obtido.

As instituições tornam-se mais precisas quando passam a analisar processos de maneira sistêmica, a compreensão acerca do comportamento dos agentes criadores e aplicadores de políticas, contribuindo para mais segurança na implementação de projetos, e, conseqüentemente, maior efetividade em seus resultados (Geiger, 2016).

Em função dessa característica afirmativa, a área da Psicologia Econômica tem ampliado o escopo de relevância no cenário político, recebendo maior atenção em diversos países. Após a publicação do BIT - *Behavior Insights Team* (Equipes de *Insights* Comportamentais) no Reino Unido, ferramenta psicológica comportamental de apoio ao governo, outras nações têm seguido o exemplo, ampliando as pesquisas e enfocando nas abordagens de análise e aprimoramento de políticas públicas levando em conta aspectos psicológicos e não unicamente econômicos. O Brasil tem realizado o mesmo percurso, com o lançamento da ferramenta “SIMPLES MENTE”, um dispositivo de apoio à formulação e implementação de políticas públicas, criado pelo Laboratório de Inovação em Governo (GNova) da Escola de Administração Pública do Governo Federal que utiliza conhecimentos das ciências psicológicas para otimização e aperfeiçoamento de políticas públicas, demonstrando a relevância e a atualidade da abordagem (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020).

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo a difundir a Psicologia Econômica como dispositivo gerencial estratégica para aprimorar a eficácia da implementação de Políticas Públicas no Brasil através da elaboração de um plano de ação baseado em conceitos da Economia Comportamental: heurísticas ou vieses cognitivos e *nudges*. Além disso, busca elaborar um plano de ação com base na Economia Comportamental, visando à implementação mais eficaz do Plano Plurianual (PPA) através de intervenções comportamentais. Propõe-se ainda a desenvolver soluções para problemas diagnosticados em programas públicos, utilizando uma abordagem qualitativa e fontes relevantes, como estudos científicos e documentos do Laboratório de Inovação em Governo (GNova) e da plataforma SimplesMente. Por fim, o trabalho pretende avaliar a eficácia dessas intervenções comportamentais na gestão de políticas públicas, fornecendo diretrizes para a construção de modelos gerenciais que levem em conta o

funcionamento psíquico dos agentes públicos, a fim de disponibilizar alternativas de intervenção aos programas públicos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A primeira tentativa de relacionar a Psicologia com a Economia foi realizada no século XVII, através da influência de filosofias utilitárias e associacionistas de autores britânicos, a partir dos quais originou-se a escola de pensamento chamada “Doutrina do Hedonismo Psicológico”, que, de acordo com Drakopoulos e Katselidis (2017) afirmava que o comportamento humano seria pautado por regras de procura em obtenção de prazer e evitação de dor, dando soberania aos sentidos do corpo. Tal doutrina, considerava que, antes de tomar quaisquer decisões, os indivíduos fariam um rápido cálculo dos possíveis resultados e caminhos a serem percorridos no processo de aquisição de prazer ou dor que seriam gerados a si mesmo, e então escolheriam realizar o curso que garantisse melhores resultados hedonísticos (Dickinson, 1922).

A teoria hedonística deu origem a outras aplicações, como a “Teoria das Trocas” de Richard Whately e a “Teoria Subjetiva/Psicológica do Valor” de William Forster Lloyd da qual originou-se a primeira cisão entre o valor subjetivo de um produto e sua utilidade (Drakopoulos; Katselidis, 2017). A combinação entre a motivação comportamental e padrões específicos, foi possível estabelecer a teoria da “mecânica do interesse humano” ou, em sua atualização, “a mecânica da utilidade e do interesse próprio”, essa tese deu origem às teorias modernas de oferta e procura, demonstrando uma relação íntima entre aspectos econômicos e os fatores psicológicos, em especial, comportamentais (White, 2010).

Durante o século XX, os economistas abandonaram os pressupostos utilitaristas, mas mantiveram a maior parte da estrutura teórica originalmente derivada desses pressupostos. Os novos fundamentos baseavam-se em preferências ou escolhas; a racionalidade era interpretada como consistência de preferência ou de escolha - e não mais como racionalidade instrumental – pela busca do prazer (Bruni, 2010). O principal motivador dessa mudança foi Vilfredo Pareto (1848-1923), influenciando os disseminadores da chamada Teoria da Escolha Racional Dominante, como John Richard Hicks (1904-1972), William Richard Allen (1924-2021) e Paul Samuelson (1915-2009) que mantiveram as bases epistemológicas do movimento paretiano, originando posteriormente a “teoria da utilidade esperada” (Samuelson, 1997; Green; Shapiro, 2000; Arthmar; Mclure, 2008).

Pareto desconsiderou as justificativas psicológicas mais adequados com novas respostas e alterou as interpretações das perguntas mantendo as mesmas respostas. Nos anos 30, Pareto foi redescoberto por Hicks, Allen e Samuelson, sendo apresentado como o precursor de uma economia baseada em fatos, trazendo cisão entre a Psicologia e a Economia (Heukelon, 2014; Maramatsu, 2009).

Ao final da década de 50, ocorre a reunificação entre a Psicologia e a Economia, através das teses de Herbert Simon (1955-1997) e George Katona (1951). Os autores criticaram o modelo da utilidade esperada e opuseram-se às concepções neoclássicas, afirmando que tais teses detinham uma percepção irrealista do comportamento humano, acreditando que, ao darem ênfase a uma excessiva racionalidade, falharam em reconhecer que os indivíduos possuem uma racionalidade limitada no processo de tomada de decisões e realizações de análises. Simon (1990) argumentou que uma explicação psicologicamente realista do comportamento revelaria heurísticas (processos mentais ou repertórios) pelas quais os indivíduos fazem julgamentos e tomam decisões (Sbicca, 2014).

A observação do comportamento dos agentes na tomada de decisões levou ao desenvolvimento da Psicologia Econômica, com destaque para os psicólogos Daniel Kahneman (1934), Amos Tversky (1937-1996) e Richard Thaler (1945) na década de 1970 (Kahneman, 2014; Thaler, 2017). Eles introduziram o conceito de "heurísticas e vieses", que ajudou a explicar as anomalias nas previsões e as decisões dos indivíduos, resultando na Teoria dos Prospectos (Kheirandish; Mousavi, 2019). Esta teoria, que considera o uso de heurísticas, teve grandes implicações em áreas como gestão tributária e políticas públicas (Sbicca, 2014), e rendeu prêmios Nobel a Kahneman em 2002 e Thaler em 2017 (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020). Kahneman e Tversky também exploraram os vieses sistemáticos no processo decisório, criando o “modelo de agente racional” (Kahneman, 2014). O conceito de "racionalidade limitada" de Simon, que enfoca as limitações cognitivas na escolha racional, é central na Economia Comportamental e propõe que, ao invés de maximizar a utilidade, agentes adotem estratégias satisfatórias para lidar com incertezas e escolhas (Simon, 1990).

Fundamentadas nessa concepção, as novas teorias de análises de decisões levam em conta especialmente a interferência de outras variáveis na escolha dos indivíduos e podem ser expandidas a nível organizacional e político. Entende-se que “indivíduos tomam decisões e agem dentro de instituições que possuem regras, normas e processos preexistentes que regem essas ações” (Shannon; Mcgee; Jones, 2019, p. 1). Dessa forma,

as instituições políticas também podem atuar produzindo ações públicas.

Para entender os processos de decisão nas instituições governamentais, consideram-se duas abordagens. A primeira é a da "Teoria da Utilidade Subjetiva", que parte da escolha racional onde atores racionais buscam a eficiência para alcançar seus objetivos, com foco na ação estratégica e comportamento orientado para metas, desconsiderando a precisão dos mecanismos psicológicos nas decisões (Briggs, 2019). A segunda abordagem, baseada na "Teoria da Racionalidade Limitada" ou "Comportamental" inspirada em Simon, reconhece que, apesar dos objetivos, os agentes são limitados por suas capacidades cognitivas e emocionais. Essa perspectiva permite entender como as limitações cognitivas afetam as instituições das quais os indivíduos fazem parte, especialmente na fase de implementação das políticas públicas (Shannon; McGee; Jones, 2019).

Realizando uma rápida pesquisa nos mecanismos de busca virtual é possível encontrar diversas referências ao termo “implementação de políticas públicas”. No entanto, segundo Lotta (2019, p. 11), “A grande maioria utiliza o termo implementação apenas de forma metafórica, como um momento ou parte da política pública, ou como um sinônimo de execução, e não como um objeto analítico”. Em estudos onde a proposta é tratar acerca das políticas públicas de forma geral e não necessariamente analítica, essa perspectiva é bem-vinda. No entanto, considerando a possibilidade das pesquisas contribuírem com a literatura, estimulando o potencial e eficácia de investigação dos modelos analíticos de implantação, é necessário que haja uma abordagem mais direcionada e melhor definida. De acordo com a CGU (2015, p.9) “a implementação de políticas públicas consiste nos esforços de execução da ação governamental, incluída a alocação de recursos e o desenvolvimento dos processos previstos para isso”.

É necessário enfatizar que formulação e implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que perpassam diferentes agentes no que se pode chamar de “cadeia decisória” (Lotta, 2019). Nessa fase, é possível sugerir a participação da abordagem da Psicologia Econômica que consiste em auxiliar o gerenciamento dos processos de escolha do agente. Um exemplo prático é relacionado ao gerenciamento de emoções que também deve ser considerado ao desenhar ou implementar uma política pública:

“O combate ao tabagismo no Brasil é um exemplo de política pública cujo desenho considerou o poder das emoções. Desde 2002, o país exige que os fabricantes de cigarro incluam de forma destacada imagens fortes de

advertência na embalagem. Ao retratarem as piores consequências do uso do cigarro, essas imagens induzem emoções como repulsa e medo, visando à supressão (ou redução) do hábito de fumar (...). Ao longo das últimas décadas, o hábito de fumar sofreu uma queda substancial no país e hoje o Brasil é referência mundial no combate ao tabagismo” (Campos Filho; Sigora; Bonduki, 2020, p. 56).

Através de uma abordagem analítica que opere de forma conjunta, outras medidas podem ser tomadas de maneira mais eficiente, levando em conta não apenas a estrutura metodológica da política implementada, mas também os agentes integrantes dessa política, os formuladores, aplicadores e utilizadores que fazem parte do sistema, considerando as formas de tomar decisões e como isso pode afetar a performance da política durante e após sua execução.

(...) a complexidade da implementação de políticas, assim como a sua própria análise, advém do fato de que inúmeros fatores influenciam o comportamento de agentes implementadores: desde aspectos macro (desenho institucional de uma política, os instrumentos ou ferramentas escolhidas, as condições sociais, econômicas ou culturais de uma sociedade etc.) até micro (decisões tomadas por burocratas e outros atores sociais – isto é, indivíduos – em seus contextos e realidades locais e em suas rotinas administrativas cotidianas) (Gomes, 2019, p.41).

É essencial considerar as recentes medidas do Governo Federal para aprimorar políticas públicas. O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, sobre governança pública, estabeleceu vários instrumentos, incluindo: o “Guia Prático de Análise Ex Ante” e o “Guia Prático de Análise Ex Post” (Casa Civil, 2019), que fornecem boas práticas e dispositivos auxiliares para avaliação e execução de políticas; o “Guia da Política de Governança Pública” (2018); o livro “Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil” (2019); o “Manual Técnico do Plano Plurianual 2020-2023” (2020); e o “SIMPLES Mente”, uma ferramenta do Laboratório de Inovação do Governo (GNova) para aplicar insights psicológicos à gestão pública. Esses documentos, juntamente com outros materiais, formam a base para a pesquisa, avaliação e implementação de políticas públicas federais, fornecendo dados empíricos e ferramentas de testagem para compreender e aplicar programas públicos no Brasil.

Os psicólogos Daniel Kahneman, Amos Tversky e Richard Thaler demonstraram que vieses e heurísticas afetam as decisões dos indivíduos, resultando na Teoria dos Prospectos. A Teoria da Racionalidade Limitada de Simon também oferece uma alternativa à teoria da utilidade subjetiva esperada, considerando como variáveis cognitivas influenciam as escolhas. Essas teorias podem ser aplicadas a nível

organizacional e político, fornecendo bases para interligar a Psicologia Econômica com o processo de implementação de políticas públicas no Brasil.

### 3. METODOLOGIA

O trabalho contou com a modalidade investigativa pesquisa bibliográfica e documental com análise qualitativa para proposição de soluções e planos alternativos em políticas públicas: análise de soluções para problemas diagnosticados em programas que busca sugerir soluções ou planos alternativos em políticas públicas (MDS, 2023), tendo como caso de investigação a implementação das políticas públicas a partir da perspectiva da Psicologia Econômica, a fim de tornar possível uma abordagem eficiente de gestão governamental ou fornecer hipóteses de pesquisa.

Foram analisados materiais das fontes bibliográficas de plataformas *online* de pesquisa online (*SciELO – Scientific Electronic Library Online*, ScienceDirect, Google Acadêmico, *Oxford Research Encyclopedias*, *International Encyclopedia of the Social & Behavioral* e JSTOR); revistas acadêmicas (*Harvard Business Review* Economia, *Maison des Sciences Économiques*, *The American Economic Review*); autores e obras fundamentais (Herbert Simon - "*Theories of Bounded Rationality*"; Daniel Kahneman - "*Theory of Prospect*"; Richard Thaler e Amos Tversky - Estudos sobre a Tomada de Decisões no Comportamento Econômico).

A pesquisa também contou com a análise de materiais do governo e documentos oficiais (Manual Técnico do Plano Plurianual (2020) - Ministério da Economia; Manual da Metodologia para Avaliação da Execução de Programas de Governo (2015) - Controladoria Geral da União (CGU); publicações da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) (“Contribuições dos Estudos sobre Burocratas de Nível de Rua” (2018); “Introdução ao Estudo de Economia do Setor Público: módulo 4 – Tributação e Funções Clássicas do Estado” (2017); “*Insights* Comportamentais para o Diagnóstico e Desenho de Políticas Públicas” (2022); “Burocracia de Nível de Rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos” (2019); “Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil” (2019) e publicações do GNova – Laboratório de Inovação em Governo (“*Insights* Comportamentais para o Diagnóstico e Desenho de Políticas Públicas” (2022) e “Ciências Comportamentais e Políticas Públicas: o uso do SIMPLES MENTE em projetos de inovação (2022)”).

A pesquisa focou em identificar conceitos aplicáveis, revisar a literatura existente, selecionar estudos de caso, e, por fim, desenvolver propostas específicas e um plano de

ação detalhado para a incorporação de insights comportamentais na implementação de políticas públicas brasileiras.

Esses materiais fundamentaram a análise e a proposição de soluções e planos alternativos para a implementação de políticas públicas, com foco na aplicação de conceitos da Psicologia Econômica. A pesquisa também envolveu a simulação de casos através da plataforma digital *Simples Mente*, que foi utilizada para desenvolver um plano de ação que integra insights comportamentais na gestão governamental.

Foi realizado um levantamento dos principais materiais de gestão do governo que fundamentam a aplicabilidade das políticas públicas, norteando as fases de execução da pesquisa através do método da pesquisa qualitativa para proposição de planos, com foco na análise de soluções para problemas diagnosticados em programas:

- 1º Identificação dos principais conceitos da Economia Comportamental a serem incorporados (heurísticas, vieses cognitivos e *nudges*);
- 2º Realização de uma revisão abrangente da literatura sobre Psicologia Econômica, Economia Comportamental e implementação de Políticas Públicas identificando casos de sucesso de aplicação de conceitos da Economia Comportamental em políticas públicas em diferentes partes do mundo;
- 3º Identificar fontes de dados, incluindo documentos de políticas públicas, relatórios governamentais, pesquisas acadêmicas e materiais relacionados à Psicologia Econômica;
- 4º Selecionar estudos de caso relevantes que demonstrem a aplicação bem-sucedida de heurísticas, vieses cognitivos e *nudges* em políticas públicas;
- 5º Coletar dados relevantes, incluindo documentos de políticas, relatórios de implementação e informações sobre as políticas públicas selecionadas;
- 6º Realizar breve comparativo de dados entre possíveis modelos de gestão através da análise de conteúdo e de caso para identificar padrões, tendências e observar os modelos que fizeram uso da Psicologia Econômica;
- 7º Apreensão de dados para formulação de plano de ação e simulação através dos dados fornecidos pela plataforma *Simples Mente*;
- 8º Desenvolver propostas específicas para a aplicação de heurísticas, vieses cognitivos e *nudges* em políticas públicas brasileiras;
- 9º Elaborar um plano de ação hipotético detalhado para a incorporação de *nudges* em políticas públicas no Brasil;
- 10º Resumir as descobertas e recomendações finais, destacando os benefícios da aplicação de *nudges* na implementação de políticas públicas.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. VIESES COGNITIVOS - *NUDGES*

Aprofundando a relevância dos processos decisórios é necessário esclarecer alguns importantes termos coletados – os chamados vieses cognitivos, de acordo com Campos Filho, Sigora e Bonduki (2020, p. 23) “são desvios previsíveis do modelo ideal de racionalidade induzidos pelo uso de heurísticas”. São espécies de orientações cognitivas que ocorrem à medida que se delibera acerca de certas escolhas; tal deliberação é induzida por fatores contingentes, de origem interna e pessoal ou externa/circunstancial. Isso significa que as decisões não serão tomadas totalmente conscientes ou conectadas às opções reais e mais eficientes disponíveis, mas com base em pré-concepções que aparentemente fornecer o caminho mais adequado de acordo com o julgamento automático.

Existem aproximadamente oito tipos de vieses cognitivos: o viés do autocontrole, que se refere à tendência dos indivíduos de preferirem uma gratificação mais imediata às custas da possibilidade de bem estar de longo prazo; o viés do status quo, no qual os sujeitos tendem a realizar suas escolhas baseadas em padrões já pré-estabelecidos socialmente ou em decisões anteriores; o viés do enquadramento, que alude às escolhas feitas de acordo com a forma como são apresentadas, seja como perdas ou como ganhos; heurística da disponibilidade, que se refere ao processo de escolha com base em uma exemplificação rápida que se encontra mais disponível naquele momento; *peer effects* é quando, ao pensar acerca de determinada escolha, os indivíduos se inclinam a consultar, invés de especialistas sobre o assunto, pessoas próximas e conhecidas; o viés do otimismo aponta para uma percepção positiva e generalista acerca de eventos futuros; o viés do efeito dotação refere-se a um excessivo temor diante da perda em relação ao que já foi conquistado no presente; e por último, o já citado viés da racionalidade limitada, que indica a redução da capacidade racional pela escassez de informações no ato da escolha, limitações cognitivas e pouco tempo para tomar uma decisão (Moreira & Silva, 2020).

Como resposta a estas lacunas cognitivas, Thaler e Sunstein (2009) trazem o conceito de *nudge*, em tradução literal “empurrão”. Os *nudges* seriam formas intencionais de estímulos dispostos aos agentes decisores com o intuito de conduzir a uma determinada escolha. Todo sujeito que se propõe a elaborar *nudges*, ou seja, maneiras de executar ou estimular a execução de tarefas, desde as mais simples às mais complexas, pode ser chamado, de acordo com os autores acima citados de “arquiteto de escolhas” - um indivíduo que constrói um arcabouço de decisões conscientes, com base em dados prévios

ou previsões analíticas do cenário futuro. Desse modo, os *nudges* seriam dispositivos com capacidade de influenciarem de forma benéfica as decisões dos indivíduos e de toda a comunidade. Na ótica institucional, é essencial que os agentes implementadores assumam a posição de “arquitetos de escolhas”, no intuito de colaborarem com a aplicação eficiente das políticas.

Algumas estratégias de *nudges* aplicadas às políticas públicas podem ser citados, como exemplo, o programa Nota Legal, do Distrito Federal que tem como objetivo estimular o maior controle sobre a legitimidade dos preços em mercadorias e reduzir a sonegação de impostos. O governo distrital e de outros estados, decidiu aplicar incentivos como sorteios, programas de pontos, benefícios e devolução de porcentagens de valores dos impostos aos compradores que solicitem a nota fiscal no ato da compra, levando assim, os consumidores a, mesmo que indiretamente, terem um papel ativo na fiscalização tributária (Gadelha, 2017). Essas e outras formas de *nudges* podem ser largamente utilizados para exercer boa influência sobre as decisões sociais e levar não apenas o Estado a ser beneficiado, mas os próprios indivíduos.

Desse modo, realizou-se uma análise sobre vieses cognitivos e o conceito de *nudges*, com exemplos práticos de como essas estratégias podem ser aplicadas em políticas públicas através de uma descrição clara e objetiva de suas implicações no processo decisório e como forma de superar o limite imposto pelos vieses e incentivar escolhas mais conscientes e benéficas. Aqui também se destaca a importância de agentes implementadores assumirem a posição de "arquitetos de escolhas" para colaborarem com a aplicação eficiente das políticas públicas.

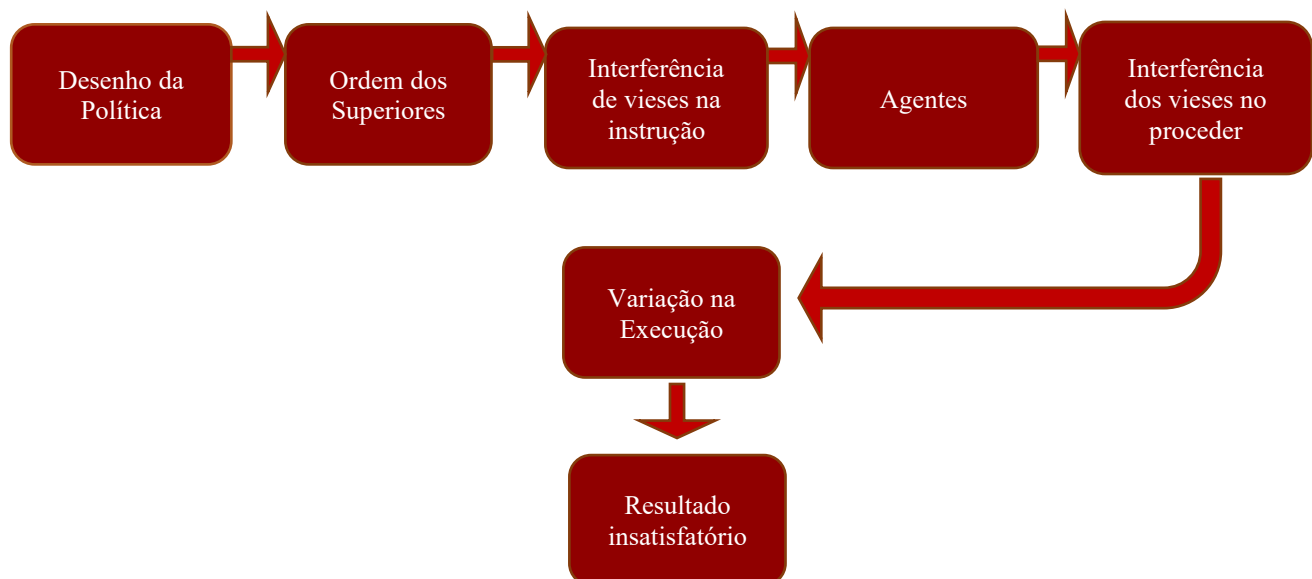
#### **4.2. USO DE *NUDGES* DURANTE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA**

Os agentes implementadores podem sofrer diversas interferências até finalmente colocarem as políticas em prática, o que inclui, desde possíveis discordâncias dos superiores sobre como proceder; o não compartilhamento de valores com a instituição; carência de recursos não conhecida previamente, escassez de tempo para implementar uma ação; interesses particulares acima dos interesses exigidos, até discordâncias políticas (Lipsky, 2019; Meter; Van Horner, 1975). Esta condição, que insere-se nos padrões comportamentais dos vieses cognitivos, pode levar a perda de recursos públicos, ineficiência de planos, não execução em tempo hábil e outras más escolhas na gestão (Llopis, 2013). A Economia Comportamental ou Psicologia Econômica pode intervir

nesses processos através de ações que enfatizem o mapeamento prévio de possíveis conflitos, com o auxílio da coleta de dados; e também por intermédio de soluções alternativas para modificação dos vieses, possibilitando antever, prevenir e realizar alterações.

A figura 1 ilustra o modelo do processo através do qual os vieses interferem na eficácia da implementação, iniciando pelo modo de comunicação dos gestores, passando pela compreensão dos agentes acerca das instruções recebidas e posteriormente na escolha de ação, culminando na variabilidade da execução e por consequência, no resultado distinto do esperado pelo desenho inicial da política:

Figura 1 - Fluxograma do processo de vieses



Fonte: Autores da pesquisa

Como alternativa à mitigação dos vieses cognitivos, Moreira e Silva (2020) identificaram uma variedade de abordagens, tais como a aplicação de *nudges* ou insights comportamentais, com o propósito de neutralizar ou reduzir sua influência. Esses insights compreendem as Regras de Default ou o Nudge propriamente dito, como resposta aos vieses de autocontrole, status quo, enquadramento e efeito dotação. Além disso, a utilização de Normas é empregada em resposta ao viés das normas sociais, enquanto Alertas, Avisos e Lembretes são adotados como contramedidas à heurística da disponibilidade. Adicionalmente, a Simplificação é aplicada como resposta ao viés da racionalidade limitada. Esse modelo, somado aos 12 insights comportamentais fornecidos pela ferramenta do Gnova, chamada "SIMPLES MENTE" - que inclui Simplificação,

Incentivos, Mensageiro, Priming, Lembretes, Compromissos, Emoção, Saliência, Modelos Mentais, Ego, Normas Sociais, Tendência pelo Padrão e Escassez - oferece uma gama de estratégias para abordar as complexidades que surgem durante a fase de implementação das políticas.

A proposta é que, promova-se mais atenção à atuação dos agentes, munindo-os de ferramentas decisórias, não influenciando-os a tomar uma escolha ou outra, mas dispendo contingências ambientais e recursos deliberativos para que possam realizar, autonomamente, em liberdade e assertivamente, decisões mais eficientes, fiéis ao proposto pela instituição sem abdicar da discricionariedade de sua função.

O modelo apresentado na Figura 2 ilustra o processo com a intervenção dos *nudges*:

Figura 2 - Modelo do processo de intervenção dos *nudges*



Fonte: Autores da pesquisa

Apesar da complexidade do sistema e aparente abstracionismo, é possível aplicar as intervenções de forma empírica e testar sua eficácia através de comparativos experimentais de grupos tratamento, grupos controle e outros (Troussard; Bavel, 2018). Um exemplo concreto foi realizado na União Européia que conduziu cerca de 30 estudos experimentais de grande escala através da Comissão Europeia e outras instituições públicas e privadas, abrangendo diversas áreas políticas, desde a rotulagem do tabaco, marketing online, até a infância e economia circular. No Brasil, Moreira e Silva (2020) conduziram um estudo com 4 grupos de servidores para compreender que vieses cognitivos afetariam a intenção de poupar e a partir desse estudo realizaram um experimento, aplicando as regras de *nudges* (simplificação, uso de normas sociais, alertas

e avisos, lembretes) e de customização (Efeito Ikea), no intuito de compreender se os tratamentos utilizados mostrariam mais efetivos em induzir os sujeitos da pesquisa a aderirem determinado plano de previdência complementar do que apenas dispor informações oficiais, como no caso do grupo controle. Tais estudos mostraram-se efetivos para contribuir em diferentes fases do processo de formulação de políticas, incluindo a fase de avaliação de impacto, e possibilitaram a produção de evidências nas quais basearam as iniciativas políticas.

Concretamente, pode-se ilustrar um caso de plantio. Imagine um agricultor que sofre perdas porque não utiliza tecnologias em sua lavoura, pois ele se preocupa em produzir o dobro nas épocas comuns do ano, mesmo que não consiga produzir durante as épocas de seca, embora os dados estatísticos mostrem uma probabilidade de seca a cada 10 anos e a tecnologia seja mais rentável. Esse modelo de escolha exemplifica o viés cognitivo de aversão a perdas (Troussard; Bavel, 2018), no qual o agricultor tende a permanecer no esquema de trabalho já conhecido, mesmo que seja menos vantajoso. A inserção de *nudges* em casos como este permitiria ao agricultor tomar medidas mais eficazes em seu objetivo de produzir mais com menos gastos de recursos, aumentando assim seu lucro. Além de economizar recursos, tanto materiais quanto cognitivos, a aplicação deste método aumentaria a eficiência e a eficácia das atividades em diversos setores (Congiu; Moscati, 2022). Para implementar esse mecanismo, a utilização de softwares e outros recursos sistematizados parece ser o caminho para soluções efetivas.

Foram abordados os desafios enfrentados pelos agentes implementadores na concretização das políticas públicas, destacando uma série de interferências que podem ocorrer ao longo do processo, desde discordâncias com superiores até limitações de recursos e vieses cognitivos. Essas interferências podem resultar em perda de recursos públicos, ineficiência nos planos e não cumprimento das metas estabelecidas. Para enfrentar esses desafios, a Economia Comportamental propõe a utilização de *nudges* e insights comportamentais como ferramentas para neutralizar a influência dos vieses cognitivos. Estudos empíricos realizados na União Europeia e no Brasil demonstram a eficácia dessas intervenções, evidenciando seu potencial impacto positivo em várias fases do processo de formulação de políticas públicas.

### **4.3 MODELOS DE GESTÃO E PLANO DE AÇÃO HIPOTÉTICO**

A utilização da ferramenta *Simples Mente*, possibilitou realizar a simulação de um problema institucional e a partir dele propor possíveis soluções.

A primeira pergunta da plataforma foi “Qual a área do problema que você quer resolver?”, as opções do menu não satisfizeram a questão principal da pesquisa que é “Políticas Públicas”, então optou-se pela opção “outros”. “Qual o problema que você quer resolver?”: “Aprimorar a implementação das Políticas Públicas”, criou-se um personagem fictício de nome “ÍRIS”, com 32 anos de idade que se relaciona com o problema sendo um dos “agentes de Implementação das Políticas Públicas”. A próxima questão foi: “Que comportamento da personagem contribui para o problema?”. Para a simplificação o aplicativo solicita que, quando houver mais de um problema, deve-se mencionar o principal, ao que foi proposto: “Íris apresenta dificuldade em implementar uma política de maneira fidedigna ao que foi formulado pelo gestor”. A próxima questão: “Qual o comportamento da personagem contribui para o problema?” – “Íris não visualiza o impacto de sua função em outros setores”; “Qual o comportamento esperado da personagem para evitar que o problema aconteça?” – “Cultivar *insights* cognitivos para compreender a relevância e o impacto da própria função”; “Quais barreiras o personagem enfrenta para realizar o comportamento esperado?”: “Escassez de informações, carência de estratégias decisórias; desacordo sobre as escolhas dos superiores”. E ao final, o menu ofereceu sugestões de possíveis soluções para o comportamento hipotético que foi analisado utilizando *insights* cognitivos (Tabela 1):

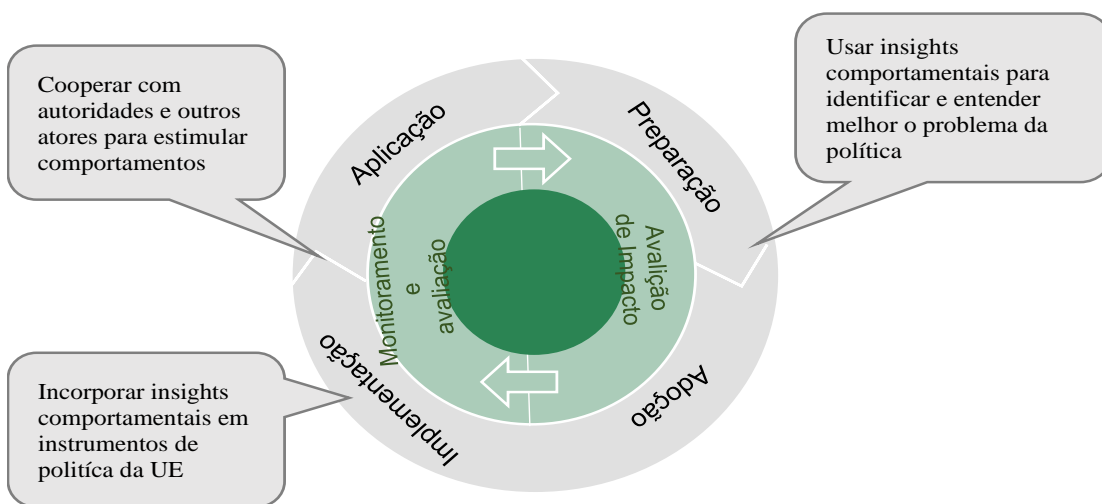
Tabela 1 - *Insights* e exemplos de soluções

| <i>Insights</i>                  | Exemplos de Soluções   |
|----------------------------------|--|
| Escassez                         | “E se for possível ajudar a pessoa a ampliar a perspectiva sobre seu problema, para além da urgência imediata do presente que captura sua mente?”  |
| Tendência pelo Padrão            | E se as decisões forem apresentadas de uma forma que, se a pessoa não alterar nada, ela será levada à melhor escolha para seu caso?”   |
| Normas Sociais                   | “E se o comportamento desejado for aquele que o grupo social da pessoa considera como o mais adequado?”  |
| Ego                              | “E se a solução tiver consequências positivas para a autoestima dos envolvidos?”   |
| Modelos Mentais                  | “E se o desafio for visto a partir da perspectiva da pessoa que o vive, considerando suas crenças, valores e motivações?”  |
| Saliência                        | “E se a informação relevante for apresentada de forma mais direta para as pessoas?”  |
| Emoção                           | “E se for possível mobilizar emoções para promover a mudança de comportamento na direção desejada?”  |
| Lembretes e Compromissos Priming | “E se for possível chamar a atenção das pessoas para os prazos de forma mais efetiva?”   |
| Mensageiro                       | “E se for retirado/inserido algum elemento do ambiente que possa estar inibindo o comportamento desejado?”   |
| Incentivos Simplificação         | “E se for escolhida uma pessoa mais adequada para comunicar a mensagem para o grupo alvo (figuras de autoridade, especialistas, pares, etc.)?”<br>“E se o incentivo for apresentado como a eliminação ou redução de uma perda?”<br>“E se for diminuída a quantidade de etapas necessárias para realizar o comportamento desejado?” |

Fonte: Plataforma móvel digital Simplesmente (2022)

A simulação possibilitou antever a manifestação de conflitos, além de trazer alternativas e oportunidades, fornecendo maior poder de gestão ao governo. O Reino Unido, por exemplo, passou a elaborar seu plano de governo incluindo *insights* comportamentais (Figura 3):

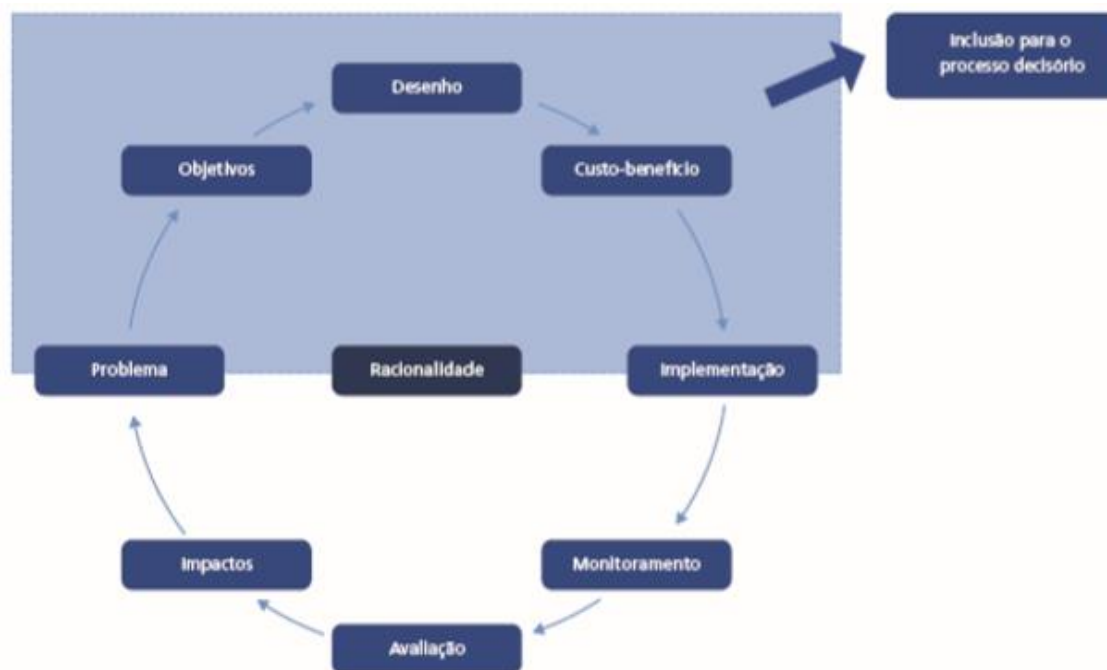
Figura 3 – *Insights* comportamentais ao longo do ciclo político da UE



Fonte: TROUSSARD, X., BAVEL, V. R. How Can Behavioural *Insights* be Used to Improve EU Policy? *Intereconomics: Review of European Economic Policy*. v. 53, 1ª ed. p. 8-12. União Europeia, 2018

O Brasil tem sinalizado o uso do mecanismo através de pesquisas, propostas de modelos, como o elaborado por Moreira e Silva (2020) (Figura 4) e o recente material “*Insights* Comportamentais para o Diagnóstico e Desenho de Políticas Públicas” lançado pelo Gnova que explicita o modelo aplicado para a confecção de algumas políticas incluindo experimentos práticos (Lichand *et. al.* 2022).

Figura 4 - Ciclo da política pública



**Fonte:** MOREIRA, B. C. M., SILVA, D. R. Economia Comportamental. Caderno 72. *Escola de Administração Pública – ENAP*. Brasília – DF, 2020

O Plano Plurianual (PPA) do Brasil conta com dois manuais de avaliação, ex ante e ex post, em ambos há uma seção apenas para delimitar os processos que devem ser seguidos na fase de implementação da política. Sugere-se que seja feita a inserção integral de planos de ação com *insights* cognitivos na fase de implementação do Plano Plurianual. A O modelo a seguir (Figura 5) ilustra o exemplo de um plano de ação com a aplicação de *insights*:

Figura 5 - Exemplo de plano de ação com aplicação de *insights*

**Problema:** Baixa qualidade no atendimento em unidades de saúde.

**Objetivo:** Aumentar a disponibilidade do serviço e melhorar a qualidade de atendimento.

**Dados relevantes:** Localização das unidades de saúde, tamanho da população atendida, infraestrutura disponível e perfil dos profissionais envolvidos no projeto.

**Inserção de *insights* comportamentais:**

1. **Simplificação na Comunicação:** Desenvolver uma comunicação mais simples e clara para todas as partes envolvidas no projeto, de forma a evitar mal-entendidos e ambiguidades.
2. **Estruturação Acessível do Plano:** Garantir que o plano de ação seja apresentado de maneira estruturada e acessível, facilitando o entendimento e a adesão por parte dos profissionais envolvidos.
3. **Capacitação e Sensibilização:** Promover workshops, oficinas e palestras para sensibilizar os servidores sobre a importância do trabalho nas unidades de saúde e da qualidade do serviço prestado à comunidade. Isso ajudará a familiarizá-los com as necessidades e especificidades dos usuários.
4. **Espaço Interativo para Feedback:** Criar um espaço interativo onde os servidores possam expressar dúvidas, discordâncias e sugestões relacionadas ao projeto. Isso permitirá intervenções oportunas e ajudará a eliminar heurísticas de escolha na execução do programa.

**Fonte:** Autores da pesquisa

Ressaltou-se a importância da ferramenta "Simplex Mentis" na simulação de um problema institucional e na proposição de soluções baseadas em insights comportamentais. A pesquisa conduzida começou com a definição do problema relacionado às políticas públicas e utilizou um personagem fictício, "ÍRIS", como um agente de implementação dessas políticas. O processo incluiu a identificação do comportamento problemático de ÍRIS, o comportamento esperado para evitar o problema e as barreiras que ela enfrentaria. Em seguida, a plataforma ofereceu sugestões de soluções com base em insights cognitivos.

A simulação demonstrou a capacidade de prever conflitos, apresentando alternativas e oportunidades, o que proporciona maior capacidade de gestão ao governo. Como próxima etapa, sugere-se a inserção integral de planos de ação com insights cognitivos na fase de implementação do Plano Plurianual do Brasil. Um exemplo de plano de ação foi apresentado para ilustrar como os insights comportamentais podem ser aplicados para melhorar a qualidade do atendimento em unidades de saúde.

Por fim, enfatizou-se a relevância crescente da Economia Comportamental na gestão pública, destacando a importância de considerar o comportamento humano na implementação de políticas e programas governamentais. Ele também aponta para a necessidade de futuras pesquisas e experimentações nesse campo, buscando otimizar ainda mais a eficácia das políticas públicas por meio da aplicação de insights comportamentais.

#### **4.4 Resumo das Descobertas e Recomendações Finais**

A pesquisa revelou que a aplicação de *nudges* pode trazer benefícios significativos para a implementação de políticas públicas, ajudando a superar os desafios impostos pelos vieses cognitivos. As recomendações finais incluem:

**Incorporação de *Nudges* nas Políticas Públicas:** incentivar que os formuladores de políticas assumam o papel de "arquitetos de escolhas", desenhando intervenções que facilitem decisões mais racionais e benéficas para os indivíduos e a sociedade.

**Monitoramento e Avaliação Constante:** implementar mecanismos de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia dos *nudges* aplicados, ajustando as estratégias conforme necessário.

**Capacitação dos Agentes Implementadores:** fornecer treinamento para que os agentes públicos compreendam e apliquem os conceitos de Psicologia Econômica e *nudges* em

sua prática diária.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, ficou evidente que o processo decisório desempenha um papel cada vez mais crucial nas instituições políticas, e a Psicologia Econômica, também conhecida como Economia Comportamental, emerge como uma abordagem indispensável para atender a essa crescente demanda. Ela se estabelece como um instrumento de gestão que estimula positivamente os agentes públicos a tomarem decisões mais acertadas e a lidarem eficazmente com informações relevantes na execução de políticas públicas.

Nesse contexto, a Psicologia Econômica assume uma posição fundamental em um mundo que busca não apenas economizar recursos, mas também adotar práticas governamentais sustentáveis. Almeja-se a entrega de projetos alinhados com o planejamento dos gestores, eficientes em sua implementação e eficazes a longo prazo. Para que essas propostas se concretizem, é essencial que os agentes públicos não apenas estejam alinhados com os objetivos institucionais, mas também capacitados com as melhores práticas comportamentais, afastando-se de erros decorrentes de falhas na comunicação, má compreensão da execução e vieses heurísticos.

Como agenda para futuras pesquisas, sugere-se explorar: o impacto da aplicação contínua de *insights* comportamentais na gestão pública; a eficácia de programas de treinamento que visem melhorar as capacidades deliberativas dos agentes públicos; a adaptação de estratégias de Economia Comportamental a diferentes setores e contextos da administração pública; a análise de casos práticos que demonstrem como a Psicologia Econômica pode ser integrada como procedimento padrão na implementação de políticas no Brasil.

Em última análise, espera-se que esta pesquisa, juntamente com outras fontes de conhecimento sobre o tema, contribua para a adoção da abordagem da Psicologia Econômica como uma prática de gestão essencial, não apenas como um acessório, no processo de implementação de políticas no Brasil. Isso implica em encarar gestores e agentes implementadores como arquitetos de escolha, munidos de recursos, possibilidades e enfrentando desafios de natureza psicológica. A adoção dessa abordagem pode prevenir falhas como o desperdício de recursos, a divergência de objetivos entre gestores e implementadores, falta de compreensão entre os atores envolvidos, bem como outros erros comuns de julgamento e tomada de decisão. O resultado final é a otimização

dos processos governamentais, a redução da probabilidade de erros graves e a promoção de maior segurança na execução das políticas públicas, refletindo positivamente no sistema governamental como um todo.

## REFERÊNCIAS

ARTHMAR, R.; MCLURE, M. On Measurement and Continuity Inneoclassical Economics: the pareto-cassel controversy, 1899-1902. *The Pareto-Casselcontroversy*, 1899-1902. 2008. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files\\_I/i1-fa83abc460d9f3f1a2dc889e209fa15a.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_I/i1-fa83abc460d9f3f1a2dc889e209fa15a.pdf). Acesso em: 28 set. 2021.

BALINGGAN, G. The Psychology Economics of War and Peace. *Jour*, Filipinas, v.1, n. 1, p. 1-11, abr. 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/32674924/The\\_Economics\\_Psychology\\_of\\_War\\_and\\_Peace](https://www.academia.edu/32674924/The_Economics_Psychology_of_War_and_Peace). Acesso em: 27 set. 2021.

BRIGGS, R. A. Normative Theories of Rational Choice: expected utility. In: ZALTA, Edward N. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Califórnia, EUA: Universidade de Stanford, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=rationality-normative-utility>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRUNI, L. Pareto's Legacy in Modern Economics. The Case of Psychology. *Revue Européenne Des Sciences Sociales*, [S.L.], n. -146, p. 93-111, 1 jul. 2010. OpenEdition. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ress/759>. Acesso em: 10 set. 2021.

CAMERER, C. Behavioral Economics: reunifying psychology and economics. *Proceedings Of The National Academy Of Sciences*, [S.L.], v. 96, n. 19, p.10575-10577, 14 set. 1999. Proceedings of the National Academy of Sciences. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.96.19.10575>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC33745/>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAMPOS FILHO, A. C.; SIGORA, J.; BONDUKI, M. Ciências Comportamentais e Políticas Públicas: o uso do SIMPLES MENTE em projetos de inovação. Brasília: *Coleção Inovação na Prática*, 2020. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5219/1/gnova\\_simplesmente\\_digital\\_simples.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5219/1/gnova_simplesmente_digital_simples.pdf). Acesso em: 15 set. 2021.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 9.203, DE 2017: *Guia da Política de Governança Pública*. 1 ed. Brasília: 2019. Editorial do Ipea, E. Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/regulacao/documentos/guia-de-politica-de-governanca-publica/guia-menor-casadas.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

CONGIU, L. MOSCATI, I. A Review of *Nudges*: definitions, justifications, effectiveness. *Journal of Economic Surveys*. v. 36, ed. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joes.12453> Acesso em: 21/08/2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU; SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - SFC. Instrução Normativa N° 01/2001-SFC, de 06/04/2001: Manual da Metodologia para Avaliação da Execução de Programas de Governo. Brasília, Df.: Intracgu, 2015. Disponível em: <https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/handle/1/2697>. Acesso em: 23 set. 2021.

DECHAUX, P. Conceptualizing the Formation and Role of Expectations Before 1950: George Katona's thought. *Maison Des Sciences Économiques*, Paris, v. 13, n. 75647, p. 106-112, out. 2015. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01159206/document>. Acesso em: 09 set. 2021.

DICKINSON, Z. C. Economic Motives: a study in the psychological foundations of economic theory, with some reference to other social sciences. 24. ed. *Cambridge: Harvard University Press*, 1922. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/economic-motives-a-study-in-the-psychological-foundations-of-economic-theory-with-some-reference-to-other-social-sciences/oclc/3062286>. Acesso em: 10 set. 2021.

DRAKOPOULOS, S. A.; KATSELIDIS, I. The Relationship between Psychology and Economics: *insights* from the history of economic thought. *Munich Personal Repece Archive*, Atenas, Grécia, v. --, n. 77485, p. 1-29, 13 mar. 2017. Disponível em: [https://mpira.ub.uni-muenchen.de/77485/1/MPRA\\_paper\\_77485.pdf](https://mpira.ub.uni-muenchen.de/77485/1/MPRA_paper_77485.pdf). Acesso em: 15 set. 2021.

GADELHA, S. R. B. Introdução ao Estudo de Economia do Setor Público: módulo 4 – Tributação e Funções Clássicas do Estado. *Enap Escola Nacional de Administração Pública Diretoria de Comunicação e Pesquisa*. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3239/1/Módulo%204%20-%20Tributação%20e%20Funções%20Clássicas%20do%20Estado%20%28final%29.pdf> Acesso em: 16/06/2022.

GEIGER, N. Behavioural Economics and Economic Policy: a comparative study of recent trends. *Economia: Psychology and Economics in Historical Perspective*, Stuttgart, Alemanha, v. 1, n. 6, p. 81-113, 01 mar. 2016. <https://doi.org/10.4000/oeconomia.2230>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/oeconomia/2230>. Acesso em: 15 set. 2021.

GOMES, S. Sobre a Viabilidade de uma Agenda de Pesquisa Coletiva integrando implementação de políticas: formulação e resultados. In: LOTTA, G. (org.). Brasília: *Enap - Escola Nacional de Administração Pública*, 2019. Cap. 2. p. 39-65. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.

GREEN, D. P.; SHAPIRO, I. Teoria da Escolha Racional e Ciência Política: um encontro com poucos frutos? *Perspectivas*, Araraquara, São Paulo, v. 23, n. --, p. 169-206, 2000. Mareia Teixeira de Souza. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2108/1727/4727>. Acesso em: 16 set. 2021.

HEUKELON, F. A. History of the Allais Paradox. *Cambridge University Press*, Inglaterra, v. 48, n.1, p.147-169, 08 ago. 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-for-the-history-of-science/article/abs/history-of-the-allais-paradox/A8BE0BFE1873C0832EEA63AA0B520A12>. Acesso em: 11 set. 2021.

KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: psychology for behavioral economics. *American Economic Association*, Estados Unidos, v. 93, n. 5, p. 1449-1475, dez. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3132137>. Acesso em: 16 set. 2021.

KHEIRANDISH, R.; MOUSAVI, S. H. S. Innovation, and heuristics. *Mind & Society*, [s. l], p. 97-109, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11299-019-00203-6>. Acesso em: 21 set. 2021.

LEA, S. E. G. Decision and Choice: economic psychology. *International Encyclopedia Of The Social & Behavioral Sciences*, Ucrânia, p. 3284-3286, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0080430767006288#!>. Acesso em: 09 set. 2021.

LEWIS, A. The Cambridge Handbook of Psychology and Economic Behaviour. 2. ed. Inglaterra: *Cambridge University Press*, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781316676349>. Acesso em: 25 set. 2021.

LICHAND, G; SERDEIRA, A. P; RIZARD, B. Insights Comportamentais para o Diagnóstico e Desenho de Políticas Públicas. *GNovaLab, Laboratório de Inovação em Governo*. ENAP. Brasília – DF, 2022. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7205/1/Livro\\_gnova\\_completo\\_20220808.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7205/1/Livro_gnova_completo_20220808.pdf) f Acesso em: 15/09/2022.

LIPSKY, M. Burocracia de Nível de Rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Edição expandida do 30º aniversário. *Escola Nacional de Administração Pública – ENAP*. Brasília – DF, 2019. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20nível%20de%20rua\\_Michael%20Lipsky.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20nível%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf) Acesso em: 10/09/2022.

LLOPIS, G. 6 Reasons Leaders Make Bad Decisions. *Leadership Strategy, Forbes*. EUA, 2013. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/glennllopis/2013/05/28/6-reasons-leaders-make-bad-decisions/> Acesso em: 20/08/2022.

LOTTA, G. (org.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: *Enap Escola Nacional de Administração Pública*, 2019. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf) Acesso em: 24 set. 2021.

MARAMATSU, R. The Death and Resurrection of 'Economics with Psychology': remarks from a methodological standpoint. São Paulo: *Online Centro de Economia Política*. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/9BYvSNMCSyRQj4cpLRydKfH/?lang=en> Acesso em: 15/09/2021.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Manual do Pesquisador: métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. Governo Federal do Brasil. Secretaria Nacional de Assistência Social Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Brasília – DF, 2023. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio\\_276.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf) Acesso em: 30/05/2023.

METER, D. V.; VAN HORNER, C. The Policy Implementation Process: a conceptual framework, *Administration and Society*. vol. 6, n 4. p. 482-483, 2019.

MOREIRA, B. C. M., SILVA, D. R. Economia Comportamental. Caderno 72. *Escola de Administração Pública – ENAP*. Brasília – DF, 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. PORTARIA Nº 10435, DE 23 DE ABRIL DE 2020: Manual Técnico do Plano Purianual. Brasília: Secretaria Especial de Fazenda Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, 2020-2023. 49 p. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/manual\\_tecnico\\_ppa20202023.pdf/@@download/file/manual\\_tecnico\\_ppa20202023\\_Vfinal29\\_07.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/manual_tecnico_ppa20202023.pdf/@@download/file/manual_tecnico_ppa20202023_Vfinal29_07.pdf). Acesso em: 29 set. 2021.

NETTLE, D. Does Hunger Contribute to Socioeconomic Gradients in Behavior? *Frontiers In Psychology*, Toronto, Canadá, v. 8, n. 358, p. 1. 10 maio 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5344891/>. Acesso em: 25 set. 2021.

SAMUELSON, P. A. *Os Economistas: fundamentos da análise econômica*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Paul-Samuelson.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

SBICCA, A. Heurísticas no Estudo das Decisões Econômicas: contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 3, n. 44, p. 1, set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612014000300006>. Acesso em: 20 set. 2021.

SHANNON, B. N.; MCGEE, Z. A.; JONES, B. D. Bounded Rationality and Cognitive Limits in Political Decision Making. *Oxford Research Encyclopedias: Politics*, Inglaterra, v. -, n. -, p. 1-8, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.961>. Acesso em: 11 set. 2021.

SIMON, H. Bounded Rationality. *Utility And Probability*, [s. l], p. 15-18, 1990. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-1-349-20568-4\\_5](https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-1-349-20568-4_5). Acesso em: 10 set. 2021.

THALER, R. H., SUNSTEIN, C. R. *NUDGE: como tomar as melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade*. Tradução: Ângelo Lessa. Editora: Objetiva. Rio de Janeiro – RJ. 2009.

TROUSSARD, X., BAVEL, V. R. How Can Behavioural *Insights* be Used to Improve EU Policy? *Intereconomics: Review of European Economic Policy*. v. 53, 1<sup>a</sup> ed. p. 8-12. União Europeia, 2018. Disponível em: <https://www.intereconomics.eu/contents/year/2018/number/1/article/how-can-behavioural-insights-be-used-to-improve-eu-policy.html> Acesso em: 20/08/2022.

WHITE, M. V. The Moment of Richard Jennings: the production of jevons's marginalist economic agent. In: MIROWSKI, P. *Natural Images in Economic Thought: markets read in tooth and claw*. Cambridge: *Cambridge University Press*, 2010. Cap. 8. p. 197-230. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/natural-images-in-economic-thought/moment-of-richard-jennings-the-production-of-jevons-marginalist-economic-agent/77C8E67C49149A3EC0A7902D8A40E8A9>. Acesso em: 10 set. 2021.

#### **Contribuição de Autoria**

**Coleta de dados:** Rebeca Moraes Reis Dias

**Análise de dados:** Rebeca Moraes Reis Dias

**Redação – versão original:** Rebeca Moraes Reis Dias

**Revisão e edição:** Fabiana Batistucci de Lima

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Os autores declaram não haver conflitos de interesse relacionados a este manuscrito.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.